PROCESSEO CEE N° 0605/77

INTERESSADO: DIVISÃO REGIONAL DE ENGENHO DA CAPITAL -2

ASSUNTO: Consulta sobre aprovação ou não do regime de dependência para os Cursos Supletivos de qualificação III a IV

RELATOR: Conselheiro LIONEL CORBEIL

PARECER CEE N° 763/77 - CESG - APROVADO EM 05 / Q9 /77

I - RELATÓRIO

1.1.- O Chefe de Gabinete da S. E. encaminha a este Conselho a consulta da Divisão Regional de Ensino da Capital-2 cujos termos citados integralmente:

" Senhor Presidente:

Encaminho- os a Vossa Senhoria consulta sobre a possibilidade de se aprovar ou não o regime da dependência para os cursos Supletivos de qualificação III e IV.

Trata-se do processo da Escola "FOP", em São Miguel Paulista, que se encontra em fase de análise nesta Divisão Educacional de Ensino e que inclui os seu regimento escolar a dependência naquela modalidade de ensino supletivo.

O parecer CEE n° 1.056/76, no tratar da dependência nos cursos de ensino supletivo, é explícito, apenas, com relação aos cursos de suplência e aos de aprendizagem e qualificação profissional, previsto na Deliberação CEE n° 014/73 artigos 12 e 13. alínea "b".

Assim sendo, solicitamos desse Egrégio Conselho Estadual de Educação que nos esclareça e oriente.

as) Aurélio Maria Martins, Diretora Regional".

2- APRECIACÃO:

2.1.- De fato, o Parecer CEE n° 1.056/75, de autoria da nobre Conselheira Maria da Imaculada Leme Monteiro, responde a consultas formuladas em 9 (nove) questões sobre o regime de matrícula com dependência, cujas normas foram fixadas pela deliberação CEE n° 04/74.

2.2.- A consulta feita no caso em tela refere-se ao Parecer citado à 8°, questão que precisa ser mencionado com a sua resposta para entendimento de nossa apreciação. Vejamos:

8ª- Questão:

" O regime de dependência poderá ser aplicado aos Cursos Supletivos? Nos Planos de Suplência encaminhados á II DESN os estabelecimentos estão incluindo tal regime. Isto será válido?"

RESPOSTA

"A dependência é possível nos cursos supletivos de aprendizagem e qualificação profissional mencionados na Deliberação CEE n° 014/73, artigo 12 e 13, letras "b", aplicados, em tudo que couber, os critérios estabelecidos para o ensino regular, Na modalidade de "suplência" não se admitirá a dependência".

2.3- Na realidade, o ensino supletivo, quer seja de suplência, quer de formação profissional, é regido por normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação (Lei n° 5.692/71, artigo 24). O Conselho Estadual de Educação, de São Paulo estabeleceu as normas deste ensino através da Deliberação do Conselho Estadual de Educação n° 014/73, que, por sinal, não previu o regime de dependência, Acredita-se que esta omissão foi proposital por tratar-se de normas gerais para todo o sistema de ensino de São Paulo e assim sentir a Justificada necessidade de os estabelecimentos de ensino implantarem ou não este regime.

2.4.- Agora que então chegando consultas a este Conselho a respeito da implantação do regime de dependência na ensino supletivo, está na hora de orientar e definir posições em relação ao assunto, o que pretendo fazer a seguir.

2.5.- Entendemos a posição tomada pela relatora do parecer do Conselho Estadual de Educação n° 1.056/75, permitindo a dependência nos cursos supletivos de aprendizagem e qualificação profissional II por tratar-se de cursos intensivos de um mínimo de dois anos de duração mas com carga horário igual aos 4 (quatro) últimos anos de 1° grau do ensino regular, a saber, 2.880.

2.6.- Os cursos de Qualificação III e IV, ao nível de 2° grau, que não incluem Educação Geral, são destinados à habilitação parcial ou plena respectivamente, em ocupações definidas no mercado de trabalho. Estes cursos não são estruturados obrigatoriamente por períodos semestrais ou anuais, mas devem ministrar matérias de conteúdo profissionalizante com um mínimo de 300 (trezentas) horas de duração, para a Qualificação III e no caso de Qualificação IV, 900 (novecentas) horas para o setor terciário e 1.200 (hum mil e duzentas) horas para os setores primário e secundário.

2.7.- Não vemos como poderia ser pleiteada a dependência para os cursos de Qualificação III que têm 300 (trezentas)

horas de conteúdo profissionalizante e apenas 3 (três) matérias obrigatórias. A nosso ver, cabe melhor neste caso a aplicação do sistema de recuperação, A mesma norma deve ser aplicada aos cursos de Qualificação I, destinados apenas à preparação as trabalho e de duração variável.

2.8.- Quanto à Qualificação IV de 900 (novecentas) horas ou 1.200 (hum mil e duzentas) horas de duração, a organização periódica semestral ou anual é possível e pode dar condições de recuperação através de dependência em uma ou duas matérias, mas com a obrigação de exigir a mesma carga horária a elas destinadas no currículo aprovado,

II - COCLUSÃO

À vista do exposto responde-se à consulta dirigida a este Conselho pela Secretaria da Educação, e dando uma orientação geral a respeito:

Para os cursos de Qualificação Profissional III mencionados na letra C do artigo 13 da Deliberação CEE n° 014/73, não será permitido o regime de dependência, sabendo muito mais, no caso, o sistema da recuperação. A mesma norma deve ser seguida para os cursos de Qualificação I indicados na letra "a" do mesmo artigo.

Para os cursos de Qualificação Profissional IV indicados na letra "d" do mesmo artigo, será permitido o regime de dependência em uma ou duas disciplinas desde que seja cumprida a mesma carga horária a eles destinada no currículo e nos termos da Deliberação CEE n°04/74.

Sala da CESG, em 17 de agosto de 1977

a) Conselheiro LIONEL CORBEIL - Relator

III DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu parecer o voto do relator.

Presentes os nobres Conselheiros: GILBERTO WAACK BUENO, HILÁRIO TORLONI, JAIR DE MORAES NEVES, JOSE AUGUSTO DIAS, LIONEL COBEIL, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA e OSWALDO FRÔES.

Sala da CESG, em 24 de agosto de 1.977

a) Conselheiro HILÁRIO TORLONI - Presidente.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 05 de setembro de 1.977.

a)Conse° MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES.

Presidente